

CONTADOR

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

01 - Você recebeu do fiscal o seguinte material:

a) este caderno, com as 70 questões das Provas Objetivas, sem repetição ou falha, assim distribuídas:

LÍNGUA PORTUGUESA II		CONHECIMENTOS DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA DO ESTADO II		NATUREZA E FUNCIONAMENTO DOS TRIBUNAIS DE CONTAS		POLÍTICAS PÚBLICAS		CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	
Questão	Pontos	Questão	Pontos	Questão	Pontos	Questão	Pontos	Questão	Pontos
1 a 5	0,8	16 a 20	0,8	26 a 30	1,2	36 a 40	1,2	46 a 50	0,8
6 a 10	1,2	21 a 25	1,2	31 a 35	1,8	41 a 45	1,8	51 a 55	1,2
11 a 15	2,0							56 a 60	1,6
								61 a 65	2,0
								66 a 70	2,4

b) 1 **CARTÃO-RESPOSTA** destinado às respostas às questões objetivas formuladas nas provas.

02 - Verifique se esse material está em ordem e se o seu nome e número de inscrição conferem com os que aparecem no **CARTÃO**. Caso contrário, notifique **IMEDIATAMENTE** o fiscal.

03 - Após a conferência, o candidato deverá assinar no espaço próprio do **CARTÃO**, preferivelmente a caneta esferográfica de tinta na cor preta.

04 - No **CARTÃO-RESPOSTA**, a marcação das letras correspondentes às respostas certas deve ser feita cobrindo a letra e preenchendo todo o espaço compreendido pelos círculos, a **caneta esferográfica de tinta na cor preta**, de forma contínua e densa. A LEITORA ÓTICA é sensível a marcas escuras; portanto, preencha os campos de marcação completamente, sem deixar claros.

Exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

05 - Tenha muito cuidado com o **CARTÃO**, para não o **DOBRAR, AMASSAR ou MANCHAR**. O **CARTÃO SOMENTE** poderá ser substituído caso esteja danificado em suas margens superior ou inferior - **BARRA DE RECONHECIMENTO PARA LEITURA ÓTICA**.

06 - Para cada uma das questões objetivas são apresentadas 5 alternativas classificadas com as letras (A), (B), (C), (D) e (E); só uma responde adequadamente ao quesito proposto. Você só deve assinalar **UMA RESPOSTA**: a marcação em mais de uma alternativa anula a questão, **MESMO QUE UMA DAS RESPOSTAS ESTEJA CORRETA**.

07 - As questões objetivas são identificadas pelo número que se situa acima de seu enunciado.

08 - **SERÁ ELIMINADO** do Concurso Público o candidato que:

- se utilizar, durante a realização das provas, de máquinas e/ou relógios de calcular, bem como de rádios gravadores, *headphones*, telefones celulares ou fontes de consulta de qualquer espécie;
- se ausentar da sala em que se realizam as provas levando consigo o Caderno de Questões e/ou o **CARTÃO-RESPOSTA**.

Obs.: Por medida de segurança, o candidato só poderá retirar-se da sala após 1 (uma) hora a partir do início das provas e **NÃO** poderá levar o Caderno de Questões, a qualquer momento.

09 - Reserve os 30 (trinta) minutos finais para marcar seu **CARTÃO-RESPOSTA**. Os rascunhos e as marcações assinaladas no Caderno de Questões **NÃO SERÃO LEVADOS EM CONTA**.

10 - Quando terminar, entregue ao fiscal **O CADERNO DE QUESTÕES E O CARTÃO-RESPOSTA E ASSINE A LISTA DE PRESENÇA**.

11 - **O TEMPO DISPONÍVEL PARA ESTAS PROVAS DE QUESTÕES OBJETIVAS É DE 4 (QUATRO) HORAS**.

12 - As questões e os gabaritos das Provas Objetivas serão divulgados, no dia útil seguinte à realização das provas, na página da FUNDAÇÃO CESGRANRIO (www.cesgranrio.org.br).

LÍNGUA PORTUGUESA II

É preciso voltar a gostar do Brasil

Muitos motivos se somaram, ao longo da nossa história, para dificultar a tarefa de decifrar, mesmo imperfeitamente, o enigma brasileiro. Já independentes, continuamos a ser um animal muito estranho no zoológico das nações: sociedade recente, produto da expansão europeia, concebida desde o início para servir ao mercado mundial, organizada em torno de um escravismo prolongado e tardio, única monarquia em um continente republicano, assentada em uma extensa base territorial situada nos trópicos, com um povo em processo de formação, sem um passado profundo onde pudesse ancorar sua identidade. Que futuro estaria reservado para uma nação assim?

Durante muito tempo, as tentativas feitas para compreender esse enigma e constituir uma teoria do Brasil foram, em larga medida, infrutíferas. Não sabíamos fazer outra coisa senão copiar saberes da Europa (...) Enquanto o Brasil se olhou no espelho europeu só pôde construir uma imagem negativa e pessimista de si mesmo, ao constatar sua óbvia condição não-europeia.

Houve muitos esforços meritórios para superar esse impasse. Porém, só na década de 1930, depois de mais de cem anos de vida independente, começamos a puxar consistentemente o fio da nossa própria meada. Devemos ao conservador Gilberto Freyre, em 1934, com *Casa-grande & Senzala*, uma revolucionária releitura do Brasil, visto a partir do complexo do açúcar e à luz da moderna antropologia cultural, disciplina que então apenas engatinhava. (...) Freyre revirou tudo de ponta-cabeça, realizando um tremendo resgate do papel civilizatório de negros e índios dentro da formação social brasileira. (...)

A colonização do Brasil, ele diz, não foi obra do Estado ou das demais instituições formais, todas aqui muito fracas. Foi obra da família patriarcal, em torno da qual se constituiu um modo de vida completo e específico. (...)

Nada escapa ao abrangente olhar investigativo do antropólogo: comidas, lendas, roupas, cores, odores, festas, canções, arquitetura, sexualidade, superstições, costumes, ferramentas e técnicas, palavras e expressões de linguagem. (...) Ela (a singularidade da experiência brasileira) não se encontrava na política nem na economia, muito menos nos feitos dos grandes homens. Encontrava-se na cultura, obra coletiva de gerações anônimas. (...)

Devemos a Sérgio Buarque, apenas dois anos depois, com *Raízes do Brasil*, um instigante ensaio – “clássico de nascer”, nas palavras de Antônio Cândido – que tentava compreender como uma sociedade rural, de raízes ibéricas, experimentaria o inevitável trânsito para a modernidade urbana e “americana” do século 20. Ao contrário do pernambucano Gilberto Freyre, o paulista Sérgio Buarque não sentia nostalgia pelo Brasil agrário que esta-

va se desfazendo, mas tampouco acreditava na eficácia das vias autoritárias, em voga na década de 1930, que prometiam acelerar a modernização pelo alto. Observa o tempo secular da história. Considera a modernização um processo. Também busca a singularidade do processo brasileiro, mas com olhar sociológico: somos uma sociedade transplantada, mas nacional, com características próprias. (...)

Anuncia que “a nossa revolução” está em marcha, com a dissolução do complexo ibérico de base rural e a emergência de um novo ator decisivo, as massas urbanas. Crescentemente numerosas, libertadas da tutela dos senhores locais, elas não mais seriam demandantes de favores, mas de direitos. No lugar da comunidade doméstica, patriarcal e privada, seríamos enfim levados a fundar a comunidade política, de modo a transformar, ao nosso modo, o homem cordial em cidadão.

O esforço desses pensadores deixou pontos de partida muito valiosos, mesmo que tenham descrito um país que, em parte, deixou de existir. O Brasil de Gilberto Freyre girava em torno da família extensa da casa-grande, um espaço integrador dentro da monumental desigualdade; o de Sérgio Buarque apenas iniciava a aventura de uma urbanização que prometia associar-se a modernidade e cidadania.

BENJAMIN, César. **Revista Caros Amigos.**
 Ano X, nº 111. jun. 2006. (adaptado)

1

Segundo o texto, o “...tremendo resgate do papel civilizatório de negros e índios dentro da formação social brasileira.” (l. 29-30) refere-se:

- (A) à influência das culturas indígena e negra na civilização ibérica.
- (B) à influência destas etnias na constituição da cultura brasileira.
- (C) às interferências ibéricas na formação destas etnias.
- (D) às dificuldades que estes povos criaram para a formação social brasileira.
- (E) ao massacre sofrido por estes povos no processo colonizador.

2

O autor enaltece as teorias de Freyre e Buarque “mesmo que tenham descrito um país que, em parte, deixou de existir.” (l. 69-70). Segundo o texto, o país, em parte, deixou de existir em virtude de:

- (A) diferentes colonizações na sua história.
- (B) erros na decifração do enigma brasileiro.
- (C) inevitáveis mudanças ao longo da história.
- (D) equívocos na construção da cultura.
- (E) dificuldades encontradas pelos antropólogos.

3

Para Sérgio Buarque, “as massas urbanas” (l. 61) representam o(a):

- (A) sinal de liberdade dos senhores locais.
- (B) empecilho à decifração do enigma brasileiro.
- (C) resultado da colonização de raízes ibéricas.
- (D) produto de transformações feitas pela “nossa revolução”.
- (E) demonstração do autoritarismo em voga na década de 30.

4

O termo destacado em “...um espaço integrador dentro da **monumental desigualdade**,” (l. 71-72) faz contraponto com o(a):

- (A) processo autoritário de modernização.
- (B) contraste econômico entre o campo e a cidade.
- (C) comunidade doméstica patriarcal.
- (D) estratificação social da casa-grande.
- (E) construção da cidadania decorrente da urbanização.

5

O fragmento “somos uma sociedade transplantada, mas nacional, com características próprias.” (l. 56-58) sinaliza uma oposição. Assinale a opção em que os termos demonstram, respectivamente, esta oposição.

- (A) Independente / insubmissa.
- (B) Colonial / singular.
- (C) Única / igualitária.
- (D) Livre / original.
- (E) Peculiar / específica.

6

A compreensão do Brasil foi retardada pela existência de:

- (A) uma família patriarcal que se opôs ao trabalho civilizatório das instituições formais.
- (B) uma sociedade que continuou mercantilista até a independência.
- (C) um enigma que só pôde ser decifrado com os ideais republicanos.
- (D) muitos dados que enredaram a nossa cultura.
- (E) aspectos que levaram à formação de uma identidade nacional contraditória.

7

É **CONTRÁRIA** ao texto a seguinte afirmação:

- (A) Sérgio Buarque não considera a passagem para a modernidade um processo lesivo aos interesses nacionais.
- (B) Gilberto Freyre e Sérgio Buarque compartilham o sentimento pelo ocaso da sociedade agrária.
- (C) Gilberto Freyre, conservador, faz uma releitura do Brasil que não se restringe ao elemento europeu.
- (D) O dualismo vivência rural e vivência urbana é cotejado por Sérgio Buarque em sua obra.
- (E) O ponto de contato entre o pensamento dos dois autores consiste na investigação do que há de específico na brasilidade.

8

O aspecto enigmático da sociedade brasileira consiste:

- (A) em se desvendar a razão de não se gostar muito do Brasil.
- (B) na fragilidade do olhar investigativo dos estudiosos.
- (C) na ineficácia dos esforços de se entender o Brasil em decorrência de sua situação geográfica.
- (D) na incapacidade brasileira de copiar os saberes europeus.
- (E) nas contradições existentes mesmo em etapas diferentes de sua constituição política.

9

Em “seríamos enfim levados a fundar a comunidade política, **de modo a** transformar, **ao nosso modo**, o homem cordial em cidadão.” (l. 65-67), as partes destacadas podem ser substituídas, sem alteração de sentido, por:

- (A) de maneira que pudéssemos – do nosso jeito.
- (B) com o fim de – como se fosse nosso.
- (C) na forma de – da nossa sociedade.
- (D) tendo como objetivo – para nosso lucro.
- (E) sem fins de – do mesmo jeito.

10

Assinale a opção em que o conjunto destacado **NÃO** atribui ao texto a idéia de **FINALIDADE**.

- (A) “Muitos motivos se somaram, (...) **para dificultar a tarefa de decifrar, (...) o enigma ...**” (l.1-3)
- (B) “concebida desde o início **para servir ao mercado mundial**,” (l.5-6)
- (C) “(...) as tentativas feitas **para compreender esse enigma** (...) foram, (...) infrutíferas.” (l.13-15)
- (D) “Houve muitos esforços meritórios **para superar esse impasse**.” (l. 20-21)
- (E) “experimentaria o inevitável trânsito **para a modernidade urbana ...**” (l. 47-48)

11

Na construção de uma das opções abaixo foi empregada uma forma verbal que segue o mesmo tipo de uso do verbo haver em “Houve muitos esforços meritórios para superar esse impasse.” (l. 20-21). Indique-a.

- (A) O antropólogo já havia observado a atitude dos grupos sociais.
- (B) Na época da publicação choveram elogios aos livros.
- (C) Faz muito tempo da publicação de livros como estes.
- (D) No futuro, todos hão de reconhecer o seu valor.
- (E) Não se fazem mais brasileiros como antigamente.

12

Assinale a opção em que há uso **INADEQUADO** da regência verbal, segundo a norma culta da língua.

- (A) É interessante a obra de Freyre com a qual a de Sérgio Buarque compõe uma dupla magistral.
- (B) É necessário ler estes livros nos quais nos vemos caracterizados.
- (C) Chico Buarque, por quem os brasileiros têm grande admiração, é filho de Sérgio Buarque.
- (D) É tão bom escritor que não vejo alguém de quem ele possa se comparar.
- (E) Valoriza-se, sobretudo, aquele livro sob cujas leis as pessoas traçam suas vidas.

13

Em qual das palavras apresentadas a seguir as lacunas **NÃO** podem ser preenchidas com os mesmos sinais gráficos destacados no vocábulo **expansão**?

- (A) E __clu __ão.
- (B) E __po __ição.
- (C) E __terili __ação.
- (D) E __pan __ivo.
- (E) E __cur __ão.

14

A ausência do sinal gráfico de acentuação cria outro sentido para a palavra:

- (A) trânsito.
- (B) características.
- (C) inevitável.
- (D) infrutíferas.
- (E) anônimas.

15

Assinale a opção em que está correto o uso do acento indicativo da crase.

- (A) Atribui-se à Sérgio Buarque uma visão otimista do Brasil.
- (B) O autor refere-se, no texto, à uma monumental desigualdade.
- (C) O Brasil passou a ser entendido à partir desses estudos.
- (D) O povo brasileiro é dado à festas folclóricas.
- (E) Muitos universitários recorrem às pesquisas destes dois autores.

CONHECIMENTOS DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA DO ESTADO II

16

Seres fantásticos que, segundo o imaginário europeu, habitavam as terras americanas



Théodore de Bry, **Viagens à América: 1590 - 1634**. Apud MOTA, Carlos Guilherme & LOPEZ, Adriana. **Brasil revisitado: palavras e imagens**. São Paulo, Rios, 1989. p. 24.

Os relatos espetaculares sobre a Amazônia, presentes nos depoimentos dos indígenas e nas crenças européias, contrapunham, a todo momento, duas visões da nova terra: a idílica e a temível, a paradisíaca e a trágica. Esse contraponto, na verdade, refletia o contexto histórico no qual estava inserido, significando que:

- (A) a força dos nativos da Amazônia, proveniente de sua forte ligação com a natureza, comoveu e transformou o universo ideológico europeu do século XVI.
- (B) o longo confronto entre Portugal e Espanha, decorrente da Guerra de Reconquista, perpetuava-se, na América, com a disputa de territórios além-mar.
- (C) o encontro com o indígena significava, para o europeu, um estranhamento perante aquele desconhecido, sempre vitorioso nos conflitos iniciais, apesar de suas armas rudimentares.
- (D) mesmo enfrentando dificuldades de toda sorte, a conquista da região significava alcançar riquezas materiais que as expedições da época moderna buscavam.
- (E) quaisquer que fossem os perigos que a região apresentasse, deveriam ser enfrentados, pois esta era a vontade divina, tanto no que se refere ao europeu, como no imaginário nativo.

Leia o texto abaixo para responder às questões de nºs 17 e 18.

Durante o período colonial, a região do Vale do Guaporé foi foco de atenção do governo português, por sua situação limítrofe e pela atividade comercial que a caracterizava. Em consequência, nela se delineou uma estrutura social típica da colônia portuguesa.

17

Sobre a estrutura social dos Vales do Guaporé e do Madeira nesta época, é correto afirmar que:

- (A) grande parte da população cativa resistiu à escravidão, de maneiras diversas: desde fugas, muitas vezes apoiadas pelos vizinhos castelhanos, até o aldeamento em quilombos.
- (B) ao contrário do que ocorria nas demais regiões brasileiras, a elite branca era muito reduzida e possuía funções de caráter exclusivamente militar, ficando a classe média encarregada da organização política.
- (C) parte da população escrava da região originou-se da migração de nordestinos na época do primeiro ciclo de extração do látex.
- (D) a grande maioria dos trabalhadores dos Vales do Guaporé e do Madeira era de indígenas originários do Vale do Paraguai e submetidos à escravidão.
- (E) a entrada de migrantes para trabalhar nos seringais e na construção da ferrovia Madeira-Mamoré promoveu a formação dos primeiros núcleos urbanos à margem dos rios.

18

A crise que atingiu a região do Vale do Guaporé, a partir do início do século XIX, pode ser explicada pela:

- (A) quantidade de expedições científicas na região, as quais controlavam o número de transações mercantis.
- (B) abertura da navegação fluvial pelo rio Madeira para escoar a produção agrícola e de manufaturados da região.
- (C) chegada dos jesuítas, em cujas missões era terminantemente proibida a atividade comercial.
- (D) decadência da mineração aliada à importância militar da região do Vale do Paraguai.
- (E) decretação do fim da escravidão na Amazônia, desguarnecendo de mão-de-obra as companhias comerciais.

19

Durante o desenrolar da chamada “questão acreana”, alguns líderes defenderam a emancipação do Acre, tanto no que se refere à Bolívia, como em relação ao Brasil. Contudo, essa proposta não se concretizou, entre outros motivos, porque:

- (A) seringalistas e comerciantes brasileiros sentiram seus interesses ameaçados, sobretudo após o arrendamento da região ao *Bolivian Syndicate*.
- (B) o general José Pando comandou uma expedição até a nascente do rio Javari, eliminando os focos insurretos.
- (C) os mineradores bolivianos temiam perder sua maior fonte de renda, que era a exploração das minas de estanho da região.
- (D) uma força internacional, liderada por França, Inglaterra, Alemanha, EUA e Suíça, ocupou a região, por determinação do Tratado de Petrópolis.
- (E) um contingente misto de norte-americanos e brasileiros, liderado por Plácido de Castro, ocupou a região, com a finalidade de neutralizar o monopólio boliviano sobre a extração do látex.

20

“O que quer que façam ou não, os norte-americanos devem agora começar a olhar para longe.”

MAHAN, Alfred T., in MORISON, S.E. e COMMAGER, H.S., **História dos Estados Unidos da América**. SP: Melhoramentos, Tomo II, p. 447.

A afirmativa acima tentava justificar o expansionismo norte-americano que, com base na Doutrina Monroe e no chamado Destino Manifesto, atuava sobre o continente americano. Na tentativa de se proteger dessas investidas e preservar a soberania territorial brasileira no século XIX, o governo imperial:

- (A) comprou da Bolívia o Território do Acre, já ocupado por seringueiros brasileiros, que foram, também, indenizados.
- (B) estabeleceu a hidrovía Amazonas-Madeira como trajeto exclusivo para a exploração e o escoamento do ouro encontrado na região.
- (C) decretou o monopólio da navegação no rio Amazonas, concedendo sua exploração à companhia fundada por Irineu Evangelista de Souza.
- (D) permitiu a livre navegação no rio Amazonas, na esperança de que, pressionados por outros países, os EUA desistissem de seus ideais expansionistas.
- (E) impediu a internacionalização da navegação fluvial na Amazônia, a partir da isenção de impostos, concedida a quem passasse a utilizar o porto de Belém, no Oceano Atlântico.

Leia o texto abaixo para responder às questões de nºs 21 e 22.

A Região Norte do Brasil sempre teve sua economia marcada pelo extrativismo vegetal e, pelas próprias condições socioespaciais, pela utilização da mão-de-obra indígena. Contudo, no início do século XX, duas mudanças são sentidas: o aparecimento de uma mão-de-obra não indígena e a queda da borracha no mercado internacional.

21

O fator que justificou o surgimento da mão-de-obra não indígena na região foi a:

- (A) saída dos holandeses do Nordeste, provocando o desmantelamento das pequenas empresas e o crescente desemprego dos nordestinos.
- (B) grande seca no sertão do Nordeste no final do século XIX, provocando a migração de nordestinos para a região.
- (C) escravização dos negros africanos comprados pelos regatões para o trabalho nos seringais.
- (D) decadência da cafeicultura do Sudeste, resultando no deslocamento da mão-de-obra ociosa para o Vale do Guaporé.
- (E) libertação dos escravos africanos e seu conseqüente emprego no extrativismo amazônico, como mão-de-obra livre.

22

Apesar da queda sofrida pela produção amazônica da borracha, um novo surto de exportação acontece em terras amazônicas nos anos 40 do século XX. Assinale a opção que explica corretamente o fato citado.

- (A) O trabalho era coletivo, o que beneficiava os investimentos no abastecimento dos seringais e na comercialização do produto.
- (B) A criação das reservas extrativistas comunitárias facilitou a sustentabilidade do uso dos recursos naturais, o que acarretou o aumento da produção de látex.
- (C) A descoberta do processo de vulcanização da borracha, em meados do século XX, aumentou a demanda de matéria-prima, não suprida pela produção da Malásia.
- (D) A entrada dos EUA na 2ª Guerra Mundial desviou os esforços da produção norte-americana da borracha para a indústria bélica, o que levou o Brasil a retomar seu lugar nas exportações.
- (E) Com os seringais da Malásia nas mãos dos japoneses, os norte-americanos passaram, por determinação dos Acordos de Washington, a reativar a exploração e o fornecimento da borracha para as suas indústrias.

23

Considera-se como um dos fatores determinantes da criação do Estado de Rondônia o(a):

- (A) desmatamento de grande parte da área florestada da Amazônia Ocidental.
- (B) surto demográfico em função da agropecuária e dos garimpos.
- (C) obtenção de terras a partir dos incentivos governamentais.
- (D) insistência da Bolívia na devolução do território pelo Brasil.
- (E) transferência da capital brasileira para o Centro-Oeste.

24

“Para reajustar o organismo político às necessidades econômicas de o país garantir as medidas apontadas, não se oferecia outra alternativa além da que foi tomada, instaurando-se um regime forte, de paz, de justiça e de trabalho.”

FENELON, Dea. Proclamação de Getúlio Vargas in **50 Textos da História do Brasil**. SP: Hucitec, 1974, p. 159.

Com esta proclamação, irradiada por todo o país, Getúlio Vargas anunciava o Estado Novo. Assinale, dentre as opções abaixo, a que caracteriza a repercussão dessa ditadura implantada na região amazônica, em especial, no Território Federal do Guaporé.

- (A) Todas as decisões políticas referentes ao território eram tomadas pelo Presidente da República e pelo Ministério da Defesa.
- (B) Os prefeitos dos municípios e os deputados federais eram eleitos por sufrágio universal direto.
- (C) O Ministério do Interior era o único responsável pela administração da região da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, enquanto ao governador cabia a administração do restante do Território.
- (D) Os funcionários públicos, denominados cutubas, eram nomeados pelo governo federal, através do voto indireto do colégio eleitoral.
- (E) O governador era nomeado pelo Presidente da República, não existindo Poder Legislativo em âmbito estadual ou municipal.

25

Sobre o crescimento populacional de Rondônia, pode-se afirmar que:

- I - nas décadas de 70 e 80 do século XX, o aumento da população coincidiu com o programa de colonização implantado pelo INCRA;
- II - as políticas agrícolas implementadas no final do século XX aceleraram a urbanização no Estado de Rondônia;
- III - logo após as duas guerras mundiais, muitos europeus decidiram deixar o continente arrasado e iniciar uma nova vida na América, especificamente no Estado de Rondônia;
- IV - a presença de um sistema integrado de transporte, criado a partir da construção da BR-364, integrando a Amazônia ao Centro-Sul, facilitou a mobilidade espacial da população em direção a Rondônia.

Estão corretas, apenas, as afirmativas:

- (A) I e II
- (B) II e III
- (C) III e IV
- (D) I, II e III
- (E) I, II e IV

NATUREZA E FUNCIONAMENTO DOS TRIBUNAIS DE CONTAS

26

No exercício de sua função consultiva, os Tribunais de Contas propiciam o esclarecimento dos administradores públicos sobre as normas e procedimentos relativos à fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial. Nessa atuação, a resposta à consulta:

- I – tem caráter normativo;
- II – constitui prejulgamento da tese ventilada;
- III – constitui prejulgamento dos fatos concretos consultados.

Está(ão) correto(s) o(s) item(ns):

- (A) II, apenas.
- (B) III, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II e III.

27

Quanto ao momento em que é exercido, o controle da Administração Pública pode ser classificado como prévio, concomitante ou *a posteriori*. Assim, tem-se como exemplo típico de controle concomitante exercido pelo Tribunal de Contas o(a):

- (A) exame da legalidade dos atos de admissão de pessoal e de aposentadorias.
- (B) julgamento das contas dos responsáveis por bens e valores públicos.
- (C) apreciação das contas prestadas pelo Chefe do Poder Executivo, mediante parecer elaborado em sessenta dias a contar do seu recebimento.
- (D) realização de auditorias e inspeções de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial.
- (E) exigência de autorização para os Estados realizarem operação de crédito no exterior.

28

Reconheça as afirmativas abaixo como verdadeiras (V) ou falsas (F).

- () O sistema de fiscalização adotado pelos Estados para seus Tribunais de Contas é desvinculado do modelo federal.
- () Aplica-se o princípio da simetria constitucional, ou simetria concêntrica, na definição do modelo de fiscalização adotado pelos Tribunais de Contas dos Estados.
- () Os Tribunais de Contas dos Estados são integrados por 9 (nove) Conselheiros.

A seqüência que preenche as lacunas acima na ordem correta é:

- (A) V, V, F
- (B) V, F, V
- (C) F, V, V
- (D) F, V, F
- (E) F, F, V

29

Verificada ilegalidade em determinado contrato firmado pela Administração Pública estadual, o Tribunal de Contas assinou prazo para que o órgão contratante adotasse as providências necessárias ao exato cumprimento da lei. Transcorrido o prazo assinado sem que tenha sido saneada a contratação, ao Tribunal incumbirá:

- (A) sustar a sua execução, comunicando a decisão à Assembléia Legislativa.
- (B) emitir parecer prévio a ser encaminhado ao Chefe do Poder Executivo.
- (C) notificar o Chefe do Poder Executivo para cancelar o contrato no prazo de 90 (noventa) dias.
- (D) julgá-lo insubsistente por decisão dotada de eficácia de título executivo perante o Poder Judiciário.
- (E) adotar as medidas necessárias para que o Poder Legislativo promova a sua sustação.

30

NÃO se inclui na competência dos Tribunais de Contas dos Estados:

- (A) julgar as contas prestadas anualmente pelo Governador de Estado.
- (B) julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos das unidades dos Poderes do Estado.
- (C) apreciar a legalidade dos atos de admissão de pessoal, para fins de registro.
- (D) prestar informações solicitadas pela Assembléia Legislativa sobre a fiscalização contábil.
- (E) realizar, por iniciativa própria, auditorias e inspeções de natureza financeira.

31

No curso de apuração realizada pelo Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, constataram-se indícios suficientes de que, prosseguindo no exercício de suas funções, um funcionário público estadual possa retardar ou dificultar a realização da auditoria e causar novos danos ao Erário. Neste caso, em cumprimento às disposições contidas em sua Lei Orgânica, o Tribunal deverá, cautelarmente:

- (A) enviar parecer prévio fundamentado à Assembléia Legislativa, sugerindo o afastamento temporário do responsável.
- (B) determinar a perda definitiva do cargo ou função do responsável.
- (C) determinar, de ofício ou a requerimento do Ministério Público, o afastamento temporário do responsável.
- (D) representar ao Chefe do Poder Executivo, requerendo o afastamento temporário do responsável.
- (E) declarar temporariamente ineligível o responsável, até a conclusão das apurações.

32

De acordo com a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, verificada a ocorrência de fraude comprovada em uma licitação, o Tribunal declarará a inidoneidade do licitante fraudador para participar de licitação na Administração Estadual ou Municipal por até, no máximo:

- (A) 5 (cinco) anos.
- (B) 10 (dez) anos.
- (C) 12 (doze) anos.
- (D) 15 (quinze) anos.
- (E) 20 (vinte) anos.

33

O procedimento de fiscalização a ser utilizado pelo Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, para obter dados de natureza contábil, financeira, orçamentária e patrimonial, com a finalidade de subsidiar a instrução e o julgamento de processos de tomadas e prestações de contas, é a:

- (A) diligência.
- (B) auditoria.
- (C) inspeção especial.
- (D) inspeção ordinária.
- (E) inspeção extraordinária.

34

De acordo como o Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, para a posse de Auditor do Tribunal será convocada Sessão do Plenário:

- (A) Sigilosa.
- (B) Especial.
- (C) Extraordinária.
- (D) Ordinária.
- (E) Administrativa.

35

Nas votações das Câmaras do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, no caso de empate:

- (A) o Presidente da Câmara proferirá voto de desempate.
- (B) o Presidente da Câmara ou o Conselheiro que estiver na sua Presidência proferirá voto médio.
- (C) o processo será submetido à deliberação do Plenário.
- (D) prevalecerá o voto do Conselheiro Relator.
- (E) será convocado Conselheiro substituto para proferir voto de desempate.

POLÍTICAS PÚBLICAS

36

No ciclo de política, que compreende as fases de estruturação de políticas públicas, encontram-se as etapas de implementação e de avaliação. Tais etapas, de acordo com o conceito de redes de implementação, caracterizam-se por:

- (A) ação de múltiplos agentes em campo interorganizacional e valoração que resulta em aprendizado.
- (B) estabelecimento de contatos por rede digital, no sentido de ampliar as ações colaborativas na implementação de políticas.
- (C) diagnóstico prévio que define atividades com vistas à obtenção de metas, recursos e horizonte temporal.
- (D) monitoramento constante tendo em vista correções de rota, com atenção especial à atividade de formulação.
- (E) levantamento prévio de todas as informações necessárias ao desenho das propostas programáticas pelo formulador da política.

37

Nas diversas áreas de direitos sociais, organizam-se os chamados “conselhos de políticas”, instrumentos importantes e peculiares de gestão de políticas públicas. Observe algumas afirmações sobre tais conselhos.

- I – São espaços públicos de composição plural e paritária entre Estado e sociedade civil, de natureza deliberativa, e têm a função de formular e controlar a execução de políticas públicas setoriais.
- II – Possuem caráter executivo e independem do Poder Público para que sejam estruturados.
- III – São fóruns congregadores de entidades e associações da sociedade civil que quebram o monopólio estatal.
- IV – Dependem da lei para serem criados e sua regulamentação é feita pelo respectivo conselho, em consonância com o Poder Público.

É(São) correta(s) apenas a(s) afirmação(ões):

- (A) I
- (B) I e II
- (C) I e IV
- (D) II e III
- (E) III e IV

38

As Organizações Não Governamentais (ONG) são uma expressão da sociedade civil, que atuam em diferentes esferas da vida pública. Tais Organizações podem estabelecer um encontro participativo com o Estado, o que implica:

- (A) desenvolvimento de ações que visam a criticar os rumos das políticas implementadas pelo Estado.
- (B) prestação de serviços ao Estado, com relações distantes e burocratizadas devido à grande quantidade de ONG a ele conveniadas.
- (C) promoção de práticas caritativas em áreas em que o Estado não tem condições de atuar.
- (D) relação de dependência no recebimento de verbas públicas, o que torna as ONG um braço institucional do Estado.
- (E) contrato formalizado e divisão de responsabilidades entre o órgão governamental e a ONG, mantendo espaço para críticas mútuas.

39

Dentre as várias áreas que proporcionam o funcionamento das organizações governamentais, o orçamento configura-se como aquela que pode gerar uma melhora qualitativa da gestão pública. Contudo, segundo Cunha e Rezende (*in* Cavalcanti, Ruediger e Sobreira, 2005), a lógica que caracteriza a elaboração do orçamento obedece:

- (A) à distribuição equitativa de recursos federais a estados e municípios, eliminando assimetrias na disponibilidade de recursos orçamentários por habitante.
- (B) a mecanismos financeiros que suportam a ação coordenada entre governo federal, estados e municípios, atendendo às demandas sociais.
- (C) a um processo participativo que envolve a sociedade e os agentes públicos, formando um quadro de referência para as decisões orçamentárias.
- (D) ao princípio do incrementalismo, pelo qual o orçamento de um ano é sempre elaborado com base no do ano anterior, reforçando a rigidez.
- (E) ao equilíbrio entre o longo e o curto prazos e a processos capazes de manter permanente o foco em problemas da sociedade.

40

Circunstâncias sociais que oprimem determinados grupos humanos levam à definição de políticas públicas denominadas “ações afirmativas”, que supõem:

- (A) criação de meios para que segmentos sociais possam afirmar a sua diferença e reivindicar respeito à diversidade.
- (B) garantia de balizamento nas oportunidades para os que têm a sua existência marcada por desigualdades, como as de classe, gênero e etnia.
- (C) tratamento igualitário a todos os grupos humanos por parte do Poder Público, garantindo o exercício do equilíbrio e da equanimidade na gestão.
- (D) formação de núcleos de proteção que afastam os marginalizados do convívio social, tendo em vista capacitá-los para o exercício da cidadania.
- (E) discriminação positiva de grupos sociais que historicamente sempre foram privilegiados por sua posição na hierarquia de classes.

41

O estabelecimento de uma agenda positiva, tendo em vista o desenvolvimento, supõe:

- (A) indicar áreas que precisam de ação continuada, tornando-se foco de interesse suprapartidário e social.
- (B) basear ações governamentais no corporativismo estatal, tornando públicos os interesses de matriz privada.
- (C) adotar o republicanismo abstrato, fundado na construção de fórmulas institucionais idealistas.
- (D) incorporar uma dimensão concentradora nas ações estatais, tendo em vista a eficácia na fiscalização.
- (E) formular um pacto social que garanta a defesa dos interesses de grupos economicamente favorecidos.

42

Para uma compreensão abrangente de como se processam as políticas públicas, é preciso distinguir Estado de Governo. Assinale a opção que apresenta a diferenciação correta.

	Estado	Governo
(A)	Unidade da Federação que possui autonomia administrativa e legislativa.	Somatório de ações e técnicas que visam ao bem-estar da população.
(B)	Instituições perenes como as forças armadas, que visam à garantia da soberania nacional.	Organização da sociedade civil tendo em vista a execução de ações sociais.
(C)	Conjunto de instituições permanentes que possibilitam a ação do governo.	Conjunto de programas e projetos que parte da sociedade, configurando uma orientação política.
(D)	Estrutura baseada no Poder Executivo e nas medidas dele emanadas.	Estrutura baseada no Poder Legislativo, que julga as medidas emanadas do Estado.
(E)	Instituição abstrata garantida pela existência de um texto constitucional.	Instituição concreta formada de representantes eleitos que atuam conforme a vontade do povo.

43

Uma política pública que tem sido proposta principalmente em situações que envolvam infrações praticadas por menores é a justiça restaurativa, definida como aquela em que a(o):

- (A) vítima estabelece a pena e determina como deve ser cumprida a partir de seu senso de justiça.
- (B) responsabilidade do delito é atribuída ao infrator, que deve ser castigado conforme o crime praticado.
- (C) comunidade reavê o direito de praticar a justiça por meio de audiências públicas.
- (D) família da vítima exerce seu direito de apelar pela redução da maioridade penal.
- (E) infrator tem a obrigação moral de aceitar a responsabilidade pelo ato e por atenuar as conseqüências.

44

Pesquisas alarmantes acerca do aquecimento global demandam do Poder Público a implantação de políticas que visem a minimizar os efeitos negativos de tal fenômeno à vida. A este respeito, a Constituição do Estado de Rondônia, nos artigos que tratam da preservação do meio ambiente (Arts. 218 ao 232), estimula tomadas de decisão preventivas, sendo um dos deveres do Poder Público:

- (A) ordenar o espaço territorial a fim de conservar e separar áreas degradadas das que devem ser mantidas preservadas.
- (B) prevenir, controlar e combater os processos de desmatamento, aplicando ao infrator, dentre outras penalidades, a proibição de receber incentivos e auxílios governamentais.
- (C) flexibilizar os estudos do impacto ambiental, a fim de favorecer o desenvolvimento econômico e social em sentido amplo.
- (D) incentivar a produção, a comercialização, o emprego de métodos e técnicas e a utilização de substâncias que afetem o meio ambiente, tendo em vista o desenvolvimento econômico.
- (E) estimular o aproveitamento em larga escala dos recursos naturais, em função das demandas do processo de urbanização, com base em princípios ecológicos.

45

A Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000) tem como um de seus princípios a transparência administrativa. É(São) instrumento(s) de transparência da gestão fiscal:

- (A) análise de contas realizadas por servidores públicos ou agentes vinculados aos governos.
- (B) divulgação de dados sobre contas públicas em meios eletrônicos de acesso exclusivo aos membros do governo.
- (C) implantação de conselho de gestão fiscal constituído prioritariamente de entidades técnicas.
- (D) incentivo à participação popular e realização de audiências públicas.
- (E) estímulo à renúncia fiscal, dificultando a prática do clientelismo com os tributos.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

46

Contabilmente, entende-se como riqueza líquida de uma empresa a(o):

- (A) soma de bens e direitos.
- (B) soma dos saldos de Caixa e Bancos.
- (C) conjunto de direitos.
- (D) seu Patrimônio.
- (E) total de bens e direitos, menos as obrigações.

47

No Balanço Patrimonial de uma empresa comercial, a classificação de Contas a Receber, no curto prazo, implica que tais contas devem ser recebidas no prazo máximo de até:

- (A) 90 dias, contados da data da operação.
- (B) 90 dias, contados da data do Balanço.
- (C) 365 dias, contados da data da operação.
- (D) 365 dias, contados da data do Balanço.
- (E) 400 dias, contados da data da operação.

48

Ao término do exercício social de 2005, uma empresa comercial apresentou as seguintes informações relativas à manutenção de suas atividades:

Em reais

a) Folha de pagamento	
Pessoal de vendas	10.000,00
Pessoal administrativo	5.000,00
b) Aluguel do escritório	7.500,00
c) Despesas financeiras	8.000,00
d) Receitas financeiras	5.000,00

Na demonstração do resultado do exercício de 2005, o montante de despesas operacionais desta empresa comercial, em reais, será:

- (A) 12.500,00
- (B) 15.000,00
- (C) 22.500,00
- (D) 25.500,00
- (E) 30.500,00

49

A negociação com instituições financeiras das duplicatas a receber, emitidas pela venda de mercadorias com prazo de 180 dias, tendo como intenção a realização financeira antecipada de tais títulos, deve ser classificada, no Balanço Patrimonial, como:

- (A) Duplicatas Descontadas: Passivo Circulante.
- (B) Duplicatas Descontadas: Redutora do Ativo Circulante.
- (C) Empréstimos Bancários: Passivo Circulante.
- (D) Provisão para Devedores Duvidosos: Passivo Circulante.
- (E) Provisão para Devedores Duvidosos: Redutora do Ativo Circulante.

50

Uma empresa adquiriu um bem para seu imobilizado, com vida útil estimada em 10 anos, por R\$ 20.000,00, pagando, ainda, R\$ 2.000,00 de transporte, R\$ 1.000,00 de seguro no transporte e R\$ 3.000,00 de instalação desse mesmo bem. Sabendo que a empresa atribuiu um valor residual de R\$ 5.000,00 a esse bem, a sua depreciação, ao final de um ano de vida útil, pelo método da linha reta, em reais, será de:

- (A) 1.500,00
- (B) 2.000,00
- (C) 2.100,00
- (D) 2.200,00
- (E) 2.600,00

51

O objetivo da demonstração do lucro acumulado é evidenciar o:

- (A) fluxo do lucro, inclusive o saldo de anos anteriores.
- (B) fluxo do lucro, sem o saldo de anos anteriores.
- (C) lucro do exercício social.
- (D) pagamento das participações e dividendos.
- (E) pagamento de dividendos, exclusivamente.

52

Em Contabilidade de Custos, quando houver necessidade de utilizar qualquer fator de rateio para a apropriação, ou cada vez que houver o uso de estimativas ao invés de medição direta, o custo será incluído como:

- (A) imputado.
- (B) segregado.
- (C) indireto.
- (D) variável.
- (E) identificado.

53

A Indústria ALFA fabrica o produto X. Em abril de 2006, seus custos totais (incluindo fixos e variáveis) montaram a R\$ 600.000,00 para uma produção de 40.000 unidades. Em maio de 2006, a produção alcançou 50.000 unidades, e os custos totais (fixos e variáveis) montaram a R\$ 700.000,00. Considerando-se que, para estes níveis de produção, o custo fixo é estável, o valor do custo variável unitário, em reais, será de:

- (A) 15,00
- (B) 12,00
- (C) 10,00
- (D) 8,00
- (E) 6,00

54

Antes de iniciar a análise das demonstrações financeiras, deve-se fazer sua prévia padronização, que consiste na crítica das contas e respectiva transcrição para um modelo previamente definido pelo analista.

Nesse trabalho de padronização existe uma conta que deve ser sempre reclassificada. Tal conta é:

- (A) Aplicações financeiras de longo prazo.
- (B) Duplicatas a pagar vencidas há mais de 1 ano.
- (C) Duplicatas a receber, com garantia real.
- (D) Duplicatas descontadas.
- (E) Empréstimos bancários.

55

A liquidez corrente é apurada pelo confronto entre o Ativo Circulante e o Passivo Circulante através da fórmula:

$ILC = \frac{AC}{PC}$	ILC = Índice de Liquidez Corrente
	AC = Ativo Circulante
	PC = Passivo Circulante

Se uma empresa apurar um Índice de Liquidez Corrente igual a 1,25, pode-se afirmar que o seu grau de liberdade é:

- (A) 20%
- (B) 25%
- (C) 80%
- (D) 100%
- (E) 125%

56

De modo diferente do auditor externo, o auditor interno é um empregado da empresa, o que lhe permite, em decorrência, maior dedicação para realizar o seu trabalho. Além dessa, outra diferença do trabalho do auditor interno em relação ao auditor externo é:

- (A) emitir opinião fundamentada sobre as demonstrações contábeis.
- (B) executar, apenas, auditoria contábil.
- (C) realizar menor volume de testes.
- (D) utilizar testes que visam a identificar erros que possam alterar substancialmente as demonstrações.
- (E) verificar a necessidade de aprimorar normas operacionais.

57

As normas de auditoria estabelecem que o auditor externo, em seu trabalho de campo, deve avaliar o sistema de controle interno da empresa. São exemplos de controles internos contábeis avaliados pelo auditor externo:

- (A) auditoria interna e análise de lucratividade dos produtos.
- (B) controle físico sobre ativos e auditoria interna.
- (C) controle físico sobre ativos e controle de qualidade.
- (D) segregação de funções e controle de qualidade.
- (E) segregação de funções e treinamento de pessoal.

58

Nos testes realizados nos controles do estoque, o auditor constatou que, no decorrer do exercício alvo da auditoria, a empresa passou a avaliar seu estoque pelo método do saldo médio ponderado quando, no exercício anterior, o método adotado era o PEPS.

Nessa circunstância, o auditor deve emitir um parecer:

- (A) adverso.
- (B) sem ressalvas.
- (C) com ressalvas.
- (D) com ressalvas, incluindo um parágrafo de ênfase.
- (E) com abstenção de opinião.

59

Na Contabilidade Pública, os bens de uso comum do povo, alguns valores a receber e passivos sem dotação orçamentária:

- (A) somente são evidenciados nas demonstrações contábeis de municípios com população inferior a 50.000 habitantes.
- (B) somente são evidenciados nas demonstrações contábeis de municípios com população superior a 1.000.000 de habitantes.
- (C) somente poderão ser evidenciados quando houver *deficit* nas operações superior a 50% do valor orçado.
- (D) não são usualmente evidenciados nas demonstrações contábeis dos órgãos públicos.
- (E) são evidenciados nas demonstrações contábeis dos órgãos públicos, em qualquer circunstância.

60

Patrimônio é o conjunto de bens, direitos e obrigações vinculados a uma pessoa física ou jurídica. Entretanto, os estudos sobre patrimônio revelam que qualquer conjunto de bens, direitos e obrigações somente constitui um patrimônio quando forem observados dois requisitos básicos. Um deles é que sejam componentes de um conjunto que possua conteúdo econômico avaliável em moeda.

O segundo requisito básico é que:

- (A) constate, demonstre ou prove a existência de ajustes posteriores de ativos depreciáveis ou amortizáveis, sobre os bens de uso comum, excluídos os casos em que sejam entregues ao domínio público.
- (B) constitua o volume de recursos aplicados nos ativos, a contra-substância dos elementos que compõem o patrimônio líquido, em igualdade de proporções e de volume.
- (C) seja determinado que o ativo imobilizado não reconhecido possa ser delimitado pelo fluxo financeiro aplicável em cada caso, em relação à sua utilidade e relevância.
- (D) exista a definição clara e inequívoca de que, enquanto o lado direito representará as aplicações, o lado esquerdo representará as origens.
- (E) exista interdependência dos elementos componentes do patrimônio e vinculação do conjunto a uma entidade que vise a alcançar determinados fins.

61

Quanto à natureza, as despesas públicas são classificadas em orçamentárias e extra-orçamentárias. O elemento característico da despesa extra-orçamentária é aquele que:

- (A) represente valores que se revistam de simples transitoriedade.
- (B) represente, exclusivamente, despesas legalmente orçadas no exercício anterior, que tenham sido empenhadas, mas não liquidadas.
- (C) utilize método quantitativo confiável, quando de sua previsão.
- (D) faça parte, somente, do orçamento da União.
- (E) seja, necessariamente, oriundo de receitas orçamentárias não arrecadadas no exercício anterior.

62

Na Contabilidade Pública, o registro contábil de uma inscrição de Restos a Pagar Não Processados (saldo da conta Despesa Empenhada no Sistema Orçamentário), referentes a um empenho cuja entrada do material não ocorreu até a data do encerramento do exercício, é feito, no momento da apropriação da despesa no sistema financeiro, pelo seguinte lançamento:

- (A) D: Restos a Pagar
C: Variações Ativas
- (B) D: Restos a Pagar
C: Despesa Liquidada a Pagar
- (C) D: Execução da Despesa
C: Despesa Empenhada
- (D) D: Despesa Liquidada a Pagar
C: Variações de Restos a Pagar
- (E) D: Despesa Realizada
C: Restos a Pagar

63

Na Contabilidade Pública, a demonstração que também pode ser denominada Balanço de Resultados é a(o):

- (A) Demonstração das Variações Patrimoniais.
- (B) Demonstração de Lucros e Perdas.
- (C) Demonstração de Oscilações Orçamentárias.
- (D) Demonstração do Resultado Financeiro.
- (E) Balanço Orçamentário.

64

Segundo o artigo 46 da Lei 6.404/76, as Sociedades Anônimas de capital fechado podem criar, a qualquer tempo, títulos negociáveis, sem valor nominal, e estranhos ao capital social, que são denominados:

- (A) Ações nominativas especiais.
- (B) Ações preferenciais.
- (C) Partes beneficiárias.
- (D) *Performance bond*.
- (E) *Public certificate*.

65

A Lei 6.404/76 estabelece, em seu Art. 204, que a companhia que, por força de lei ou de disposição estatutária, levantar balanço semestral poderá declarar, por deliberação dos órgãos de administração, se autorizados pelo estatuto, dividendo:

- (A) em conta corrente bancária, em nome de cada acionista.
- (B) à conta do lucro apurado nesse balanço.
- (C) por conta de emissão de ações nominativas sem valor patrimonial expresso.
- (D) por conta de emissão de ações nominativas com valor patrimonial expresso.
- (E) na Demonstração do Resultado dos Exercícios.

66

O prazo para a Lei Orçamentária Anual ser encaminhada pelo Poder Executivo ao Poder Legislativo é de:

- (A) quatro meses antes do encerramento do exercício financeiro (31 de agosto).
- (B) cinco meses antes do encerramento do mandato presidencial (31 de julho).
- (C) seis meses antes do encerramento do exercício financeiro (30 de junho).
- (D) oito meses e meio antes do reinício das funções legislativas (15 de junho).
- (E) nove meses após a aprovação da Lei orçamentária em vigor (30 de setembro).

67

O Brasil utiliza, atualmente, modelo orçamentário denominado Orçamento-Programa. Esse modelo orçamentário pode ser definido como um:

- (A) plano de trabalho constituído de sistema rígido de fixação de metas traduzidas em termos financeiros que deverão ser cumpridas pelo gestor de recursos, segundo o estabelecido em lei.
- (B) plano de trabalho expresso por um conjunto de ações a realizar e pela identificação dos recursos necessários à sua execução.
- (C) processo ascendente de objetivos estabelecidos pelos órgãos inferiores da hierarquia que são analisados e aprovados pela cúpula.
- (D) processo que indica as unidades operacionais e programas de trabalho a serem desenvolvidas, discriminando: funções, subfunções, programas, projetos, atividades e operações especiais.
- (E) instrumento de consolidação de propostas setoriais nas quais são formuladas as propostas que serão aprovadas pelo Chefe do Poder Executivo.

68

Sob o enfoque jurídico, as despesas públicas se dividem em fixas e variáveis.

Classificam-se como despesas fixas as(os):

- (A) ajudas de custo.
- (B) despesas com viagens.
- (C) despesas com pessoal.
- (D) despesas com serviços extraordinários.
- (E) investimentos.

69

A receita orçamentária se divide em receita corrente e receita de capital.

Indique, dentre as opções abaixo, a única que representa uma receita de capital.

- (A) Contribuição de melhoria.
- (B) Receita de valores mobiliários.
- (C) Receita de produção vegetal.
- (D) Alienação de bens imóveis.
- (E) Transferências correntes.

70

Observe este enunciado:

“Instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no Plano Plurianual”.

Ele indica o conceito de:

- (A) Contabilidade Pública.
- (B) Orçamento base-zero.
- (C) Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- (D) Fixação de diretrizes, projetos e prognósticos.
- (E) Programa.